



SAPUCAIA DO SUL- RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA
DO SUL - RIO GRANDE DO SUL

Professor A1

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2023

CÓD: SL-145AG-23
7908433241263

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos: Assunto.	9
2. Estruturação do texto.	10
3. Ideias principais e secundárias.	10
4. Relação entre as ideias.	11
5. Efeitos de sentido.....	11
6. Figuras de linguagem.	12
7. Recursos de argumentação.....	14
8. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos.	15
9. Coesão e coerência textuais.	15
10. Tipologia textual e gêneros textuais.	16
11. Léxico: Significação de palavras e expressões no texto.	17
12. Substituição de palavras e de expressões no texto.....	17
13. Estrutura e formação de palavras.	18
14. Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas.....	20
15. Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica sistema oficial vigente (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12).....	22
16. Relações entre fonemas e grafias.	25
17. Flexões e emprego de classes gramaticais.	25
18. Vozes verbais e sua conversão.	31
19. Concordância nominal e verbal.	31
20. Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase).....	33
21. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.	36
22. Pontuação.....	44
23. Relações morfossintáticas; orações reduzidas: classificação e expansão	45
24. Conceitos básicos de literatura; gêneros literários; movimentos literários.	49

Legislação / Estrutura e Funcionamento

1. Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul.....	61
2. Lei 2028/1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sapucaia do Sul.....	85
3. Lei 2099/1998 - Plano de Carreira do Magistério do Município de Sapucaia do Sul.	108
4. Princípios e objetivos da educação brasileira.	113
5. Organização da educação no Brasil.....	113
6. Níveis e modalidades de ensino.	119
7. Estatuto da Criança e do adolescente.....	121
8. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	161
9. Plano Nacional de Educação	177
10. Base Nacional Comum Curricular	191
11. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	192

ÍNDICE

12. Plano Nacional de Educação Digital	192
13. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	194
14. Lei 13146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	195
15. Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial	212
16. Decreto 9765/2019 – Política Nacional de Alfabetização	219

Informática

1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10: (1) Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse; (2) Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; (3) Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; (4) Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, abrir com, editar, enviar para, propriedades e etc.; e (5) Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos.	227
2. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Word 2016: (1) Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom; (2) Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; (3) Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e (4) Ajuda: saber usar a Ajuda.	233
3. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Excel 2016: (1) Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões; (2) Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas; (3) Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; (4) Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células; (5) Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e (6) Ajuda: saber usar a Ajuda.	242
4. Google Chrome versão atualizada: (1) Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; (2) Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome. Mozilla Firefox versão atualizada: (1) Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; (2) Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox.	249
5. Outlook Express: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho. Gmail: Funcionamento do serviço de e-mail Gmail, incluindo: menus, caixas de e-mails, enviados, rascunhos, configurações, estrela, escrever, responder, encaminhar, inserir anexos, filtros, entre outros .	252

Matemática

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais: Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação) propriedades das operações, múltiplos e divisores, números primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.	257
2. Razões e Proporções – grandezas direta e inversamente proporcionais, divisão em partes direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta.	261
3. Sistema de Medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades, transformação de unidades)	264
4. Sistema monetário brasileiro.	266
5. Cálculo algébrico: monômios e polinômios	268
6. Funções: Ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau.	269
7. Equações de 1º e 2º graus. Sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas	272
8. Triângulo retângulo: relações métricas no triângulo retângulo, teorema de Pitágoras e suas aplicações, relações trigonométricas no triângulo retângulo.	276
9. Teorema de Tales Geometria Plana: cálculo de área e perímetro de polígonos. Circunferência e Círculo: comprimento da circunferência, área do círculo	282
10. Noções de Geometria Espacial – cálculo do volume de paralelepípedos e cilindros circulares retos.	286
11. Matemática Financeira: porcentagem,	286
12. juro simples, juro composto.	288
13. Estatística: Cálculo de média aritmética simples e média aritmética ponderada	289
14. Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas	290

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: Conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: Negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica, Leis de Morgan. Argumentação e dedução lógica. Sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas. Argumentos Lógicos Dedutivos; Argumentos Categóricos.....	301
---	-----

Conhecimentos Específicos

Professor A1

1. Formação Didática do Educador e Planejamento Didático de acordo com as teorias de Celso Vasconcellos	311
2. Interdisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Multidisciplinaridade	311
3. Modelos de Jantsch	312
4. Projeto Político Pedagógico, currículo e processo educativo de acordo com as teorias de Celso Vasconcellos, Ilma Passos Veiga E Paulo Roberto Padilha	313
5. Tipos de Avaliação	314

ÍNDICE

6. Inclusão Escolar e diversidade cultural de acordo com as Teorias de Peter Mittler, Rosita Edler Carvalho e Vera Maria Candau	315
7. Educação na era digital de acordo com as teorias de Angel I. Péres Gomes	315
8. Formação Docente de acordo com as Teorias de Phillipe Perrenoud	316
9. Planejamento Didático de acordo com as Teorias de Celso Vasconcelos	316
10. Estudos de Jean Piaget, Henri Wallon, Lev Vygotsky, Paulo Freire e Vasco Moretto	317
11. Gestão e Planejamento Escolar de acordo com as Teorias de José Carlos Libâneo	318
12. Gestão da Aprendizagem em sala de aula	321
13. Avaliação Escolar de acordo com as Teorias de Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, Celso Antunes e Celso Vasconcelos.....	324
14. Psicologia da Educação, do desenvolvimento e da aprendizagem	331
15. Neurociência e aprendizagem	341
16. Teoria e prática de currículo	349
17. Planejamento educacional e de ensino	361
18. Processo de ensino e aprendizagem.....	372
19. Diversidade, equidade e inclusão	375
20. Metodologias de ensino e aprendizagem.....	384
21. Defasagem escolar	385
22. Sucesso e fracasso escolar	387
23. Dificuldades de aprendizagem.....	389
24. Comportamento, disciplina e limites	391
25. Temas emergentes relacionados ao contexto escolar e ao processo de ensino e aprendizagem: diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa; bullying; agressividade; inclusão X adaptação.....	392
26. Psicomotricidade	401
27. Alfabetização: aquisição da linguagem escrita e construção do número	404
28. Sistema de escrita alfabético-ortográfico; Como as crianças aprendem a ler e escrever	411
29. Avaliação no processo de alfabetização.....	414
30. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação.....	414
31. Cognição matemática, numeracia e matemática básica.....	439
32. Conteúdos e Métodos de Ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, da História, da Geografia, das Ciências, das Artes e da Educação Física	440
33. Política Nacional de Alfabetização.	440

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO.

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

XIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, peri-urbano e rural;

XIV - estabelecer normas de edificação, loteamento, arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a Lei Federal;

XV - quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a licença para sua abertura e funcionamento;

b) revogar a licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público e aos bons costumes;

c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença, ou depois de sua revogação.

XVI - dispor sobre o comércio ambulante;

XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriações por necessidade, utilidade pública ou por interesse social, na forma da legislação federal;

XIX - regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XX - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, especialmente sobre:

a) os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

b) o itinerário e os pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições peculiares;

d) os serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida aos veículos que circularem em vias públicas;

XXI - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas e instituir sistema de fiscalização do Transporte Escolar;

XXII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXIII - prover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza, impondo penalidades aos infratores;

XXIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXV - dispor sobre os serviços funerários, administrar os cemitérios públicos e fiscalizar os cemitérios particulares;

XXVI - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXVII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXVIII - fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias de gêneros alimentícios;

XXIX - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXX - estabelecer e impor penalidades por infração das leis e regulamentos;

XXXI - dispor sobre o depósito e o destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXII - garantir a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida;

XXXIII - aceitar legados e doações;

XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XXXV - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XXXVI - estabelecer e implantar política de educação e desenvolvimento sustentável, visando evitar o êxodo rural;

XXXVII - constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XXXVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XXXIX - legislar sobre a licitação e a contratação em todas as modalidades para a administração pública municipal direta e indireta, inclusive fundações públicas municipais e empresas sob seu controle, respeitando as normas gerais da legislação federal;

XL - legislar sobre a coleta, o despejo, o depósito e o esgotamento de resíduos sólidos e líquidos;

XLI - preceituar sobre qualquer outra matéria de sua competência exclusiva.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 8º É competência comum do Município juntamente com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da constituição, das leis e das instituições democráticas, e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos e espeleológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural do Município;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social e dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII - dar incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados;

SEÇÃO X DA HABITAÇÃO

Art. 191 A política habitacional do Município, integrada à da União e à do Estado, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios e critérios:

- I - oferta de lotes urbanizados;
- II - estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;
- III - atendimento prioritário à família carente;
- IV - formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e auto-construção.

Art. 192 As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e específicos à implantação de sua política.

Art. 193 O Município manterá cadastro atualizado das famílias desprovidas de Habitação.

SEÇÃO XI DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 194 A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, na forma das Constituições Federal e Estadual.

Art. 195 A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida digna.

Art. 196 O Município promoverá, através do Conselho Municipal da Mulher, a ser instituído por lei, a defesa dos direitos sociais da mulher.

§ 1º O Estado, o Município e a sociedade, mediante conscientização no sentido de evitar qualquer forma de tratamento discriminatório, reconhecendo sua condição de mãe, educadora, co-participante na direção da família, cidadã e agente de transformações sociais, criarão ações integradas, tendo como base os seguintes objetivos:

- I - assistência social integral à mulher;
- II - assistência pré-natal, pós-parto e educacional do filho;
- III - orientação para o planejamento familiar responsável;
- IV - atendimento e proteção na atividade profissional;
- V - orientação jurídica e psicossocial nos conflitos familiares e sociais;
- VI - implantação de creches e assistência médico-odontológica no local do trabalho;
- VII - atendimentos em albergues e abrigos às vítimas de violência;
- VIII - assistência à presidiária e à egressa do sistema penal.

§ 2º O Município destinará, prioritariamente, recursos públicos à assistência materno-infantil e à defesa integral dos direitos da mulher.

Art. 197 O Município incentivará, através de subvenções sociais, as entidades sem fins lucrativos, de cunho filantrópico reconhecido pelos órgãos competentes, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso.

Art. 198 O Município, em atendimento à legislação estadual, exigirá a construção dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fabricação de veículos de transporte coletivo e a instalação de sistemas de sonorização nos sinais luminosos de trânsito que permitam o uso adequado por pessoas portadoras de deficiência.

Art. 199 É garantida a gratuidade nos transportes coletivos, no âmbito do Município, aos maiores de sessenta anos e às pessoas carentes portadoras de deficiência.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 200 O Município publicará anualmente, em Órgão Oficial do Município, no mês de março, e disponibilizará por meios eletrônicos, relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional em cada um de seus poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício para fins de recenseamento e controle.

Art. 201 O Poder Executivo deverá enviar à Câmara Municipal, no prazo estabelecido na Lei Complementar que dispõe sobre a Responsabilidade Fiscal, de que trata a Constituição Federal, os Projetos de Lei que tratam sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

Art. 202 É assegurado aos servidores públicos municipais, na forma da lei, a percepção do benefício do vale-transporte.

Art. 203 O Poder Executivo reavaliará todos os incentivos fiscais ora em vigor, propondo ao Poder Legislativo as medidas cabíveis, especialmente quanto ao repasse de verbas públicas designadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento, que dependerão de autorização legislativa, na forma da Legislação Municipal própria que tratará sobre a matéria.

Art. 204 O Conselho Permanente de Direitos Humanos terá sua organização, composição e funcionamento regulados por lei complementar, garantindo-se nele a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e das associações representativas da sociedade.

Art. 205 O Conselho Municipal de Educação, Órgão Deliberativo, Normativo e Consultivo, terá sua composição regulamentada por lei complementar, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua formação.

Art. 206 Lei Municipal, a ser enviada pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de sessenta (60) dias, após a promulgação desta Lei Orgânica, disporá sobre:

- a) organização, composição e competência do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- b) instituição, organização, funcionamento e competência do Gabinete do Vice-Prefeito Municipal.

Art. 207 Caberá aos Órgãos Municipais de Cultura e Esportes a concessão de incentivos à pesquisa, produções artístico-culturais e preservação de obras de arte e do patrimônio histórico.

Art. 208 O Município implantará e manterá bibliotecas escolares, em número compatível com a densidade populacional e clientela escolar, respectivamente, destinando, às mesmas, verbas suficientes para aquisição e reposição de acervos e manutenção de recursos humanos especializados.

Art. 209 Deverá o Município implantar, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde, serviço odontológico de atendimento à população escolar.

Art. 210 O Conselho Comunitário de Segurança terá sua organização, composição e funcionamento regulados por lei complementar, nele garantindo-se a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 204. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

Art. 205. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Capítulo VI Do Advogado

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.

§ 1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

§ 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

§ 3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

Capítulo VII Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I - do ensino obrigatório;

II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

IV - de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V - de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;

VI - de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;

VII - de acesso às ações e serviços de saúde;

VIII - de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.

IX - de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

XI - de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência. (Incluído pela Lei nº 13.431, de 2017) (Vigência)

§ 1º As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência, protegidos pela Constituição e pela Lei. (Renumerado do Parágrafo único pela Lei nº 11.259, de 2005)

§ 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido. (Incluído pela Lei nº 11.259, de 2005)

§ 3º A notificação a que se refere o § 2º deste artigo será imediatamente comunicada ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que deverão ser prontamente atualizados a cada nova informação. (Incluído pela Lei nº 14.548, de 2023)

Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

Art. 210. Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados concorrentemente:

I - o Ministério Público;

II - a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios;

III - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

Art. 211. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Art. 212. Para defesa dos direitos e interesses protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.

§ 1º Aplicam-se às ações previstas neste Capítulo as normas do Código de Processo Civil.

§ 2º Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 213. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu.

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333 \dots$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535 \dots$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666 \dots$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros (100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja X=0,333...

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.
10x=3,333...

E então subtraímos:
10x-x=3,333...-0,333...
9x=3
X=3/9
X=1/3

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...
Façamos x = 1,1212...
100x = 112,1212... .

Subtraindo:
100x-x=112,1212...-1,1212...
99x=111
X=111/99

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e b≠0.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

Altura da face = $g = \frac{a\sqrt{3}}{2}$

Altura do tetraedro = $h = \frac{a\sqrt{6}}{3}$

Área da face: $A_f = \frac{a^2\sqrt{3}}{4}$

Área total: $A_T = a^2\sqrt{3}$

Volume do tetraedro: $\frac{a^2\sqrt{2}}{12}$

— Geometria Analítica

A geometria analítica utiliza coordenadas e funções do plano cartesiano para solucionar perguntas matemáticas. É a área da matemática que relaciona a álgebra com a geometria. A álgebra utiliza variáveis para representar os números e utiliza fórmulas matemáticas.

Conhecer essa frente da matemática também é importante para resolver questões de Física. Por exemplo, o cálculo da área em um plano cartesiano pode informar o deslocamento (ΔS) se o eixo x e o eixo y informarem a velocidade e o tempo.

O primeiro passo para estudar essa matéria é aprender o conceito de ponto e reta.

- Um ponto determina uma posição no espaço.
- Uma reta é um conjunto de pontos.
- Um plano é um conjunto infinito com duas dimensões.

Entender a relação entre ponto, reta e plano é importante para resolver questões com coordenadas no plano cartesiano, mas também para responder perguntas sobre a definição de ponto, reta e plano, e a posição relativa entre retas, reta e plano e planos.

Para representar um ponto (A, por exemplo) em um plano cartesiano, primeiro você deve indicar a posição no eixo x (horizontal) e depois no eixo y (vertical). Assim, segue as coordenadas seguem o modelo A (xa,ya).

— Equação Fundamental da Reta

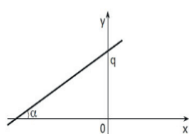
A equação fundamental da reta que passa pelo ponto P (x0, y0) e tem coeficiente angular m é:

$$y - y_0 = m \cdot (x - x_0)$$

Equação Reduzida e Equação Geral da Reta

- **Equação reduzida:** $y = mx + q$ e $m = \text{tg}\alpha$.
- **Equação geral:** $ax + by + c = 0$.

• Equação reduzida: $y = mx + q$ e $m = \text{tg}\alpha$



• Equação geral: $ax + by + c = 0$

— Distância entre Dois Pontos

O ponto médio M do segmento de extremos A(x_A, y_A) e B(x_B, y_B) é dado por:

$$M \left(\frac{x_A + x_B}{2}, \frac{y_A + y_B}{2} \right)$$

A distância d entre os pontos A(x_A, y_A) e B(x_B, y_B) é dada por:

$$d = \sqrt{(x_B - x_A)^2 + (y_B - y_A)^2}$$

NOÇÕES DE GEOMETRIA ESPACIAL – CÁLCULO DO VOLUME DE PARALELEPÍPEDOS E CILINDROS CIRCULARES RETOS.

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado em tópicos anteriores.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: PORCENTAGEM,

A porcentagem representa uma razão cujo denominador é 100, ou seja, $N\% = \frac{N}{100}$.

O termo por cento é abreviado usando o símbolo %, que significa dividir por 100 e, por isso, essa razão também é chamada de razão centesimal ou percentual¹².

Saber calcular porcentagem é importante para resolver problemas matemáticos, principalmente na matemática financeira para calcular descontos, juros, lucro, e assim por diante.

— Calculando Porcentagem de um Valor

Para saber o percentual de um valor basta multiplicar a razão centesimal correspondente à porcentagem pela quantidade total.

Exemplo: para descobrir quanto é 20% de 200, realizamos a seguinte operação:

$$20\% \text{ de } 200 = \frac{20}{100} \times 200$$

$$20\% \text{ de } 200 = 0,2 \times 200$$

$$20\% \text{ de } 200 = 40$$

Generalizando, podemos criar uma fórmula para conta de porcentagem:

$$x\% \text{ de } M = \frac{x}{100} \cdot M$$

12 <https://www.todamateria.com.br/calcular-porcentagem/>

muitas vezes os professores atribuem o insucesso no aprender à incapacidade de os alunos realizarem determinados tipos de aprendizagem. Com isso, os professores se esquivam de sua responsabilidade como mediadores da construção do conhecimento.

Em contrapartida, oportunizar aos professores a compreensão de como o cérebro trabalha dá condições mais adequadas para que ele estimule a motivação em sala de aula e, de certa forma, assegura a possibilidade de sintonizar com os diversos tipos de alunos, os quais terão suas capacidades mais profundamente exploradas.

Indubitavelmente, o ato pedagógico é extremamente relevante para a retenção e o processamento da informação trabalhada em sala de aula, uma vez que as explicações e a atuação docente não somente informam, como também oferecem dados os quais, colhidos nas interações quando realmente vivenciadas, não se restringem às percepções sensíveis e aparentes. Nesse caso, gesto e fala fornecem mensagens significativas, pistas, a serem decodificadas. De acordo com Morin⁴³, somos influenciados pelos pensamentos dos outros de tal modo que, apesar de independentes, dependemos das relações que construímos no ambiente em que nos encontramos.

Na sala de aula, o que se fala e como se fala constituem elementos desencadeadores de pensamentos e raciocínios. Tomando como exemplo as informações visuais e auditivas veiculadas em um dado recurso didático, bem como o comportamento docente, eles criam circunstâncias capazes de configurar determinada identidade emocional, em virtude de pensamentos e memórias, que evocam lembranças e manipulam a interpretação na mente. Segundo Izquierdo⁴⁴, as emoções e o estado de ânimo interferem na formação e na evocação de memórias e, como qualquer função cognitiva que envolve sinapses, quanto maior o número de estímulos condicionados dessa memória, tanto maior a retenção ou a evocação de uma dada informação.

Quanto professores sabem que um simples trabalho de memorização de diferentes tipos de textos exige diferentes níveis de oxigenação do cérebro? Que quanto mais complexa a atividade proposta e à medida que se eleva o grau de raciocínio, o fluxo sanguíneo no cérebro é mais intenso? O professor tem noção de que sua ação pedagógica desencadeia no organismo do aluno reações neurológicas e hormonais que podem ter influência na motivação para aprender? Como pode o professor desconhecer a dinâmica mente/cérebro? Basta a análise dessas questões para que se compreenda a importância desse tipo de informação na adequação de metodologias de ensino.

Do reconhecimento de que a compreensão do cérebro é crucial para o ato pedagógico, surge a necessidade de refletir sobre um novo saber disciplinar baseado nos conhecimentos neurocientíficos, os quais poderiam ser vinculados às disciplinas direcionadas à aprendizagem humana. A articulação entre neurociências e educação pode ocorrer por meio da renovação de um componente já existente ou pelo acréscimo de um novo componente curricular nos cursos de formação de professores. Sua prioridade deve ser a de adicionar informações científicas e subsidiar futuras ações práticas, não se constituindo apenas em mais um saber disciplinar, mas em um saber pertinente e útil para a prática profissional da docência. Como preconiza Willians: “A pesquisa sobre o cérebro

manifesta o que muitos educadores sabem intuitivamente: que os alunos aprendem de diversas maneiras e quanto mais maneiras se apresentarem, tanto melhor aprendem a informação”⁴⁵.

Esse novo saber passaria a constituir um forte embasamento teórico para o saber-fazer docente, pois possibilitaria como consequência não só a revisão dos processos de aprendizagem, como também um melhor conhecimento do processo de ensinar, imprimindo uma reorientação da transposição didática. Trata-se de propor um saber disciplinar que embasa e se aprimora num saber profissional, pois ao descobrir o que a neurociência cognitiva pode oferecer à educação e vice-versa, na perspectiva de que esses saberes se complementam, se enriquecem e se necessitam, podemos entrelaçar teorias científicas com a prática docente e, conseqüentemente, fundamentar o saber pragmático dos professores. De acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE):

*Nas próximas décadas, temos boas possibilidades de desvendar as complexidades do cérebro e compreender, pelo menos, a natureza da memória e da inteligência (por exemplo, e o que realmente acontece quando o aprendizado ocorre). Quando atingirmos esse objetivo, seremos capazes de reassestar nossa prática educativa sobre uma sólida teoria da aprendizagem*⁴⁶.

O professor, ainda que deva assumir a posição de especialista de sua disciplina, necessita assumir, concomitantemente, a posição de didata da disciplina, e isto acontecerá na medida em que sua formação permita compreender onde e como ocorrem as aprendizagens^{47, 48}.

Nesse caso, a interlocução entre neurociências e educação influenciaria a futura ação pedagógica dos acadêmicos. Os conteúdos neurocientíficos podem vir a colaborar substancialmente no melhor desempenho docente, uma vez que professores que compreendem a aprendizagem como processo humano que tem raízes biológicas e condicionantes socioculturais do conhecimento adotam uma gestão mais eficaz tanto das emoções quanto da aprendizagem de seus estudantes.

TEORIA E PRÁTICA DE CURRÍCULO

O currículo, mais do que uma simples enumeração de conteúdos e diretrizes a serem trabalhados em sala de aula pelos professores ao longo das diferentes fases da vida escolar dos estudantes, é uma construção histórica e também cultural que sofre, ao longo do tempo, transformação em suas definições. Por esse motivo, para o professor, é preciso não só conhecer os temas concernentes ao currículo de suas áreas de atuação, como também o sentido expresso por sua orientação curricular.

Por esse motivo, o conceito de currículo na educação foi se transformando ao longo do tempo, e diferentes correntes pedagógicas são responsáveis por abordar a sua dinâmica e suas funções. Assim, diferentes autores enumeram de distintas formas as

45 MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. *Sentipensar: fundamentos e estratégias para reencantar a educação*. Petrópolis: Vozes, 2004.

46 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). *Compreendendo o cérebro: rumo a uma nova ciência do aprendizado*. São Paulo: Senac, 2003.

47 MEIRIEU, Philippe. *Aprender... sim, mas como?* Porto Alegre: Artmed, 1998.

48 ZABALZA, Miguel A. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

43 MORIN, Edgar. *O método III: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999

44 IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

É um processo mediado, de investimento particular, no qual a palavra (signo) desempenha função diretiva, conduzindo as operações mentais e controlando o curso dessas operações:

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à atenção, à formação de imagens, à inferência ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos. (Vygotsky, 1993, p.50)

Nesse avanço do raciocínio lógico-abstrato constitui-se um ponto-chave a seqüência “síncrise, análise e síntese”, que é a evolução de um pensamento sincrético (baseado em percepções difusas) para um pensamento sintético, com informações organizadas a partir da análise de certa realidade ou características perceptíveis e comprováveis logicamente.

Com base nesses estudos de Vygotsky é possível confirmar o papel da escola e dos educadores na construção do conhecimento. A postura do professor deve ser de investigador, criando desafios que confrontem a vontade e o intelecto do aluno com uma necessidade a ser suprida. A condução da aula conforme os conhecimentos específicos elaborados em cada área de ensino deve proporcionar a elaboração de complexos e a construção de conceitos, respeitando a essência dessa construção na condição humana. Propiciar as etapas da estruturação do conhecimento é ser coerente com essa condição, garantindo o desenvolvimento do ser a partir da elaboração de saberes.

O trabalho com língua materna

Como muitos autores afirmam, cabe à escola, principalmente no que tange à língua portuguesa, capacitar o aluno ao domínio da norma padrão. Mas não como uma subserviência à língua literária, utilizada por autores famosos do passado; e sim como a habilidade geral que permita ao aluno fazer uso de uma linguagem adequada às diferentes circunstâncias do cotidiano. Para isso, o trabalho em sala de aula deve colaborar para que o aluno se torne:

Cada vez mais consciente de que a escolha dos elementos da língua para construir textos não é fortuita, mas regida pela adequação do recurso lingüístico e das instruções de sentido que contém aos propósitos dos usuários da língua em cada situação de comunicação. (Travaglia, 1997, p. 151)

Para isso é inviável uma proposta que trate apenas de exercícios envolvendo nomenclaturas ou que conduza o processo através da exposição oral de idéias prontas sobre determinado tópicolingüístico.

Não seria o caso de descartar o estudo da gramática nas aulas de Educação Básica, mas de empregar uma metodologia que proporcione o exercício das possibilidades gramaticais através do emprego comparativo, seja a partir da análise do respeito a determinadas convenções gramaticais ou na ausência deles. Atividades dessa natureza remetem o aluno à observância dos resultados semânticos obtidos através das seleções de uso feitas em dado contexto, o que conduz à compreensão dos fenômenos envolvidos.

Gentner & Medina (1998) defendem que mesmo entre adultos existe uma mistura do processamento baseado na comparação com o baseado em regras. Afirmam, também que, estando o conhecimento abstrato já constituído, processos de “alinhamento” são necessários para que aconteça o repasse desses conhecimentos para novas situações.

Essa é uma postura reflexiva que usa os efeitos da linguagem para a análise de seu registro escrito, impedindo a falta de compromisso com a busca do padrão sem considerá-lo mera erudição; mas, sim, domínio social, como também evitando o uso exclusivo da nomenclatura, trabalho árduo e infrutífero.

A prática de sala de aula

A aplicação profícua em aula da teoria anteriormente exposta foi comprovada em uma turma composta por 24 alunos, concluintes do Ensino Médio de uma Escola Estadual (EJA) de Cruz Alta no ano de 2004.

Tendo sido constatada, através das produções escritas e de testemunhos dos alunos, insegurança da turma quanto ao emprego dos sinais de pontuação, ao usá-los na maioria das vezes de forma aleatória, sem nenhuma lógica sintática ou semântica, foi proposto, então, um trabalho em que os alunos pudessem refletir sobre o efeito produzido na interpretação de passagens sem pontuação alguma e a dificuldade de atribuir sentido à seqüência de termos da oração.

Sem dúvida, a atividade é simples. Mas promove um processo mental ativo, pois instiga o aluno a experimentar e a buscar saídas na solução de um problema de linguagem, percebendo que os sinais de pontuação não são apenas convenções sintáticas, mas recursos capazes de colaborar significativamente para a compreensão das produções escritas.

Entre as várias situações apresentadas para os alunos estava a conhecida frase “Um fazendeiro tinha um bezerro e a mãe do fazendeiro era também o pai do bezerro.” Não só na busca da significação dessa frase, mas também diante dos demais desafios, ilustrou-se, através da oralização dos alunos e das discussões mantidas com os colegas, o papel interpretativo-crítico, para o professor, de todo o processo conceitual teorizado por Vygotsky, por ocasião do acompanhamento dos alunos no empenho desolucionar cada questão.

Várias outras atividades foram propostas ao longo do período, envolvendo inclusive os textos dos próprios alunos, os quais, depois de um certo período, revelaram melhor desempenho nesse tópico lingüístico e, principalmente, maior consciência das opções feitas durante a produção em sala de aula.

Pontos de encontro

Viver a gramática em aula independe de grandes projetos. Porém é de fundamental importância que o professor de português seja capaz de reconhecer três fatores importantes nessa ação pedagógica:

- a) o processo intelectual envolvido no ensino-aprendizagem, no caso, a formação de conceitos;
- b) a natureza do tópico lingüístico e suas peculiaridades de ensino; e
- c) a realidade da turma de educandos e todas as características de ação que a variação de realidades implica.

Se a atuação pedagógica for capaz de contemplar essa triangulação, é possível proporcionar o avanço no domínio da língua-padrão através do exercício de um importante aspecto da cognição humana: a formação de conceitos.

Capacitar o aluno de Educação Básica a usar com propriedade a língua padrão é uma tarefa escolar e exige do professor de Português uma reflexão sobre todos os fatores envolvidos no ensino-aprendizagem. A partir da postura crítica sobre a realidade escolar e lingüística e do domínio teórico-prático dos processos intelectuais, é possível ao profissional do ensino de línguas construir uma prática reflexiva, tanto para ele como para os alunos, que facilitará o aperfeiçoamento da competência comunicativa de seus tutorados em um trabalho consciente.

6. (CONSULPLAN/TSE) Numa relação professor-aluno cujo contrato didático seja construído a partir de laços de confiança, são atributos imprescindíveis

I. contar com os conhecimentos e as contribuições dos alunos, tanto no início das atividades quanto durante sua realização.

II. ajudar os estudantes a encontrar sentido no que estão pesquisando e estudando.

III. promover um clima, no qual a autoestima e o autoconceito fiquem minimizados.

IV. potencializar progressivamente a autonomia e a dependência dos estudantes na definição de objetivos para o trabalho.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

7. (UPENET/IAUPE – 2017 – UPE) Na educação contemporânea, a organização curricular tem como foco

- (A) a organização sequencial de disciplinas de um curso.
- (B) o conjunto de atividades planejadas para um curso.
- (C) o processo dinâmico de organização e construção do conhecimento pelo estudante.
- (D) o percurso da vida educacional e profissional de uma pessoa.
- (E) as normas e orientações dadas durante um programa ou curso.

8. (NUCEPE/2015 - SEDUC-PI) O processo de inclusão escolar pode prever como uma das metodologias a individualização do ensino, através de planos específicos de aprendizagem para o aluno. No entanto, deve-se evitar

- (A) fazer um currículo individual paralelo para alguns alunos. Caso isto aconteça, estes alunos ficam à margem do grupo, pois as trocas significativas feitas em uma sala de aula necessariamente acontecem em torno dos objetos de aprendizagem.
- (B) levar em conta a diversidade, pois em uma sala de aula as aprendizagens necessariamente acontecem em torno dos objetos de aprendizagem que são pensados para todos os alunos.
- (C) as flexibilizações curriculares no processo de inclusão educativa, pois é necessário pensá-las para um grupo de alunos e as diversidades que o compõem, e não para alguns alunos tomados isoladamente.
- (D) atender as outras diversidades que aparecem cotidianamente na comunidade. Deve-se atender individualmente quem realmente precisa, ou seja, os alunos com deficiências.
- (E) trabalhar os temas com todos os alunos da turma, pois alguns alunos, com determinados problemas, não precisam alcançar objetivos de natureza acadêmica, e sim de natureza funcional.

9. (ACAFE/2015 – SED/SC) A educação escolar deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhecimentos.

São pressupostos que corroboram com o enunciado acima, exceto:

- (A) Que a passagem pela escola resulte para todos na apropriação de conhecimentos e habilidades significativas para ser atuante e determinante no processo de transformação social.
- (B) A busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde homens e

mulheres sejam sujeitos de sua própria história.

(C) A democracia é aquela característica de uma sociedade que garante à totalidade de seus membros condições materiais, sociais e culturais.

(D) A escola deverá buscar sua autonomia e competência como espaço de decisão que trabalhe na direção de que as crianças e os jovens aprendam, diminua a repetência e aumente a permanência nela.

(E) A exigência da sociedade frente aos avanços tecnológicos e as transformações econômicas e culturais colocam cada vez mais a necessidade de a escola voltar-se para a produção do conhecimento dissociado da construção dos bens sociais, culturais e materiais para o exercício da cidadania.

10. (SELECON/2018 - Prefeitura de Cuiabá/MT) Lev Vygotsky, em "Pensamento e linguagem" (1993[1987]), a partir de sua pesquisa sobre o desenvolvimento filio e ontogenético, afirma que o pensamento e a fala são dois processos que:

- (A) relacionam-se por um elo primário, condição prévia para o desenvolvimento
- (B) adquirem uma relação intrínseca como produto do desenvolvimento
- (C) têm uma relação intrínseca desde suas raízes genéticas
- (D) são independentes entre si

11. (IF/GO – 2019 – IF/Goiano) A inclusão implica um esforço de modernização e reestruturação das condições de funcionamento e organização da maioria das escolas brasileiras, em especial as de educação básica. No entanto, mudar a escola é enfrentar, de acordo com Mantoan, estudiosa da questão da inclusão, muitas frentes de trabalho, cuja tarefa fundamental é:

- (A) recriar o modelo educativo da escola, tendo como eixo o ensino para todos.
- (B) reorganizar administrativamente as escolas, tendo como princípio a normalização.
- (C) reestruturar a prática pedagógica dos professores, tendo como eixo o ensino especializado.
- (D) aprimorar os sistemas educacionais, tendo como princípio a integração.

12. (CETAP/2016 - Prefeitura de São João de Pirabas/PA) Analise as duas asserções a respeito da brincadeira na Educação Infantil e marque a alternativa CORRETA.

Uma atividade irrelevante para a criança de 0 a 5 anos é a brincadeira.

PORQUE

Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz.

- (A) A primeira é uma asserção falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A primeira é uma asserção verdadeira e a segunda é falsa.
- (C) As duas são asserções falsas, ainda que apresentem temática semelhante.
- (D) As duas são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (E) As duas são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.